

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

Companhia Energética do Ceará

2016

22 de fevereiro de 2017

Relatório da Administração

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Parecer do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Companhia

Parecer do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2015, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

De 01/03/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

A partir de 01/02/2016 - A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos).

Reajuste Tarifário Anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2016. O reajuste tarifário médio foi de 12,97%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.065, de 19 de abril de 2016, com vigência até 21 de abril de 2017.

Redução do Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015. Reduziu o limite máximo de R\$823/MWh para R\$388/MWh e incrementou o limite mínimo de R\$16/MWh para R\$30/MWh. A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n.º 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n.º 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da primeira semana de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2016	2015	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	11.615	11.365	2,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	6.381.452	6.310.890	1,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.097.446	4.126.540	-0,7%
EBITDA (1) (R\$ mil)	715.889	688.502	4,0%
Margem EBITDA (%)	17,47%	16,68%	0,79 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	19,94%	18,54%	1,40 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	559.139	544.240	2,7%
Margem EBIT (%)	13,65%	13,19%	0,46 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	393.057	363.070	8,3%
Margem Líquida	9,59%	8,80%	0,79 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	10,95%	9,78%	1,17 p.p
CAPEX (R\$ mil)	536.103	451.774	18,7%
DEC (12 meses)	8,81	12,26	-28,1%
FEC (12 meses)	5,04	6,81	-26,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)	98,57%	98,17%	0,40 p.p
Perdas de Energia (12 meses)	12,54%	12,50%	0,04 p.p
Nº de Consumidores Totais	3.889.762	3.757.580	3,5%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.140	1.186	-3,9%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.549	1.643	-5,7%
PMSO (3)/Consumidor	166	142	16,9%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	519	543	-4,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.497	6.919	8,4%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	3.416.431	3.377.952	1,1%
Residencial - Convencional	1.783.475	1.799.209	-0,9%
Residencial - Baixa Renda	847.212	811.364	4,4%
Industrial	5.876	5.908	-0,5%
Comercial	174.337	176.638	-1,3%
Rural	558.013	538.147	3,7%
Setor Público	47.518	46.686	1,8%
Clientes Livres	152	72	>100,0%
Industrial	71	39	82,1%
Comercial	81	33	>100,0%
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.416.585	3.378.026	1,1%
Consumo Próprio	401	402	-0,2%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	472.776	379.152	24,7%
Total - Número de Consumidores	3.889.762	3.757.580	3,5%

A Coelce encerrou 2016 com um incremento de 3,5% em relação ao número de consumidores registrado em 2015. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e rural, com mais 20.114 e 19.866 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 327 milhões*.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	10.260	10.145	1,1%
Cientes Livres	1.355	1.220	11,1%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.615	11.365	2,2%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2016 apresentou um incremento de 250 GWh em relação ao ano de 2015. Este crescimento é resultado de um efeito conjunto da (i) evolução observada no mercado cativo da Companhia de 115 GWh, e de (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 135 GWh superior ao registrado em 2015. Essa energia transportada gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Residencial - Convencional	3.191	2.915	9,5%
Residencial - Baixa Renda	1.054	1.108	-4,9%
Industrial	1.056	1.205	-12,4%
Comercial	2.159	2.165	-0,3%
Rural	1.340	1.354	-1,0%
Setor Público	1.460	1.398	4,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	10.260	10.145	1,1%

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 1,1% no ano de 2016 quando comparado com 2015. O principal fator que ocasionou essa evolução no consumo foi o crescimento vegetativo do mercado cativo de 1,1%, que adicionou 38.479 novos consumidores* à base comercial cativa da Companhia.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2016	2015	Var. %
DEC 12 meses (horas)	8,81	12,26	-28,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,04	6,81	-26,0%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,54%	12,50%	0,04 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,57%	98,17%	0,40 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.549	1.643	-5,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	519	543	-4,5%
PMSO (1)/Consumidor	166,34	142,37	16,8%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.497	6.919	8,4%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Ambos os indicadores apresentaram melhoria em 2016 comparado a 2015, explicados principalmente, pelos efeitos de 2015 relacionados as interrupções ocorridas na Rede Básica (eventos externos e não geridos pela Companhia), mas que impactam o fornecimento de energia na área de distribuição da Coelce.

A Coelce investiu R\$ 54 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2016, e R\$ 35 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2016	2015	Var. %
Receita Operacional Bruta	6.381.452	6.310.890	1,1%
Deduções à Receita Operacional	(2.284.006)	(2.184.350)	4,6%
Receita Operacional Líquida	4.097.446	4.126.540	-0,7%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(3.538.307)	(3.582.300)	-1,2%
EBITDA(1)	715.889	688.502	4,0%
Margem EBITDA	17,47%	16,68%	0,79 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	19,94%	18,54%	1,40 p.p
EBIT(2)	559.139	544.240	2,7%
Margem EBIT	13,65%	13,19%	0,46 p.p
Resultado Financeiro	(73.001)	(103.889)	-29,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(93.081)	(77.281)	20,4%
Lucro Líquido	393.057	363.070	8,3%
Margem Líquida	9,59%	8,80%	0,79 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	10,95%	9,78%	1,17 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	5,05	4,66	8,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Coelce alcançou um incremento de R\$ 71 milhões em relação ao ano de 2015. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	5.399.477	4.778.332	13,0%
Subsídio Baixa Renda	191.538	185.946	3,0%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	262.091	222.857	17,6%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	5.853.106	5.187.135	12,8%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(182.710)	538.320	<-100,0%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	132.426	100.909	31,2%
Receita de Construção	506.523	412.799	22,7%
Outras Receitas	72.107	71.727	0,5%
Total - Receita Operacional Bruta	6.381.452	6.310.890	1,1%

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo (incremento de R\$ 666 milhões): este incremento está associado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2016, aplicado a partir de 22 de abril de 2016, que incrementou as tarifas da Coelce em 12,97% em média; e (ii) Aumento de 1,1 % no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.260 GWh em 2016 versus 10.145 GWh em 2015).

Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 721 milhões): esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2016, alcançou o montante de R\$ 5,87 bilhões, o que representa uma redução de 0,4% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,89 bilhões.

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita em 2016 apresentaram incremento de R\$ 100 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
ICMS	(1.320.675)	(1.231.703)	7,2%
COFINS	(447.311)	(472.537)	-5,3%
PIS	(97.114)	(102.600)	-5,3%
Total - Tributos	(1.865.100)	(1.806.840)	3,2%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(39.580)	(32.159)	23,1%
Encargo Setorial CDE	(373.482)	(340.375)	9,7%
Outros impostos e contribuições a receita	(5.844)	(4.976)	17,4%
Total - Encargos Setoriais	(418.906)	(377.510)	11,0%
Total - Deduções da Receita	(2.284.006)	(2.184.350)	4,6%

Variações relevantes

Tributos (incremento de R\$ 58 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (incremento de R\$ 41 milhões): O incremento se deve, principalmente, à elevação substancial da cota, a partir de abril de 2015 (reajuste tarifário de 2015), para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2016 alcançaram R\$ 3.538 milhões, uma redução de R\$ 44 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.051.697)	(2.315.396)	-11,4%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(174.224)	(198.199)	-12,1%
Total - Não gerenciáveis	(2.225.921)	(2.513.595)	-11,4%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(152.734)	(171.001)	-10,7%
Material e Serviços de Terceiros	(313.521)	(276.989)	13,2%
Depreciação e Amortização	(156.750)	(144.262)	8,7%
Custo de Desativação de Bens	(48.702)	(16.544)	>100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(113.331)	(29.465)	>100,0%
Provisões para Contingências	(13.148)	(18.521)	-29,0%
Custo de Construção	(506.523)	(412.799)	22,7%
Outras Despesas Operacionais	(54.294)	(39.005)	39,2%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	46.617	39.881	16,9%
Total - Gerenciáveis	(1.312.386)	(1.068.705)	22,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(3.538.307)	(3.582.300)	-1,2%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (redução de R\$ 264 milhões): Durante o ano de 2016 a Companhia realizou venda de 1.110 GWh no mercado SPOT contra 177 GWh no mesmo período do ano anterior;

Redução na rubrica de encargo do Uso da Rede Elétrica (+R\$ 24 milhões): se explica, basicamente, por maior custo com ESS (Encargo de Serviço do Sistema) no ano de 2015, devido a um maior despacho térmico a fim de preservar a segurança energética do sistema.

Custos e despesas gerenciáveis (aumento de R\$ 244 milhões):

(i) Redução de 10,7% (+R\$ 18 milhões) nas despesas com pessoal, se deve a uma maior ativação dos custos de pessoal em função de maiores investimentos ao longo do ano de 2016 e uma redução de 4,0% no número de colaboradores próprios.

(ii) Aumento de 13,2% (- R\$ 37 milhões) em materiais e serviços de terceiros em razão basicamente de reajustes contratuais e aumento da atividade de operação e manutenção.

(iii) Aumento de custo na Desativação de Bens (incremento de -R\$ 32 milhões): Deve-se ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.

(iv) Acréscimo (-R\$ 84 milhões) na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, principalmente, em função dos seguintes efeitos:

- Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2016, aplicado a partir de 22 de abril de 2016, que incrementou as tarifas da Coelce em 12,97% em média;
- Impacto do cenário de desaceleração econômica sobre as finanças dos clientes.
- Constituição de provisão sobre outros serviços regulados (Contribuição de Iluminação Pública e compartilhamento de uso de postes).

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia, em 2016, alcançaram o montante de R\$ 3.031 bilhões, o que representa uma redução de 4,35% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.169 bilhões (+R\$ 138 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Coelce em 2016 atingiu o montante de R\$ 716 milhões, o que representa um incremento de R\$ 27 milhões em relação ao ano de 2015. A margem EBITDA da Companhia em 2016 foi de 17,47%, com um incremento de 0,79 p.p. em relação a 2015. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2016 foi de 19,94%, o que representa um incremento de 1,40 p.p. em relação a 2015.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Lucro Líquido do Período	393.057	363.070	8,3%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 30)	93.081	77.281	20,4%
(+) Resultado Financeiro (NE 29)	73.001	103.889	-29,7%
(=) EBIT	559.139	544.240	2,7%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 28)	156.750	144.262	8,7%
(=) EBITDA	715.889	688.502	4,0%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Coelce encerraram o ano de 2016 em R\$ 73 milhões, uma redução de R\$ 31 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicações Financeiras	34.164	14.379	>100,0%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	30.137	22.491	34,0%
Receita/Despesa ativo indenizável	52.850	41.381	27,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	8.547	45.047	-81,0%
Outras receitas financeiras	28.501	30.309	-6,0%
Total - Receitas Financeiras	154.199	153.607	0,4%
Despesas financeiras			
Encargo de Dívidas	(128.538)	(126.081)	1,9%
Variações Monetárias	(33.747)	(45.393)	-25,7%
Atualizações de Impostos, Provisões e Multas	(35.841)	(34.453)	4,0%
Multas	(3.194)	(15.327)	-79,2%
Outras despesas financeiras	(25.880)	(36.242)	-28,6%
Total - Despesas Financeiras	(227.200)	(257.496)	-11,8%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(73.001)	(103.889)	-29,7%

Renda de aplicação financeira (incremento de R\$ 20 milhões): A variação reflete o aumento do caixa médio da companhia entre os períodos comparados.

Incremento de R\$ 12 milhões na rubrica de receita/despesa do ativo indenizável: O valor registrado em 2016 refere-se à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação, acompanhada pelo aumento da base desse ativo.

Redução de R\$ 37 milhões na rubrica Variação Monetária de ativos e passivos setoriais: Essa variação é decorrente, principalmente, da redução dos ativos e passivos regulatórios devido, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando assim, menor atualização financeira desses ativos e passivos.

Variações Monetárias (redução de R\$ 12 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

Multas (redução de R\$ 12 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de multas junto a prefeituras do estado do Ceará.

Tributos e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
IR e CSLL	(168.728)	(143.911)	17,2%
Incentivo Fiscal SUDENE	83.012	74.679	11,2%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(7.365)	(8.049)	-8,5%
Total	(93.081)	(77.281)	20,4%

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2016 registrou um incremento de R\$ 16 milhões em relação ao ano de 2015. Esta variação é, principalmente, reflexo do aumento da base de cálculo para estes tributos.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2016 um lucro líquido de R\$ 393 milhões, valor R\$ 30 milhões superior ao registrado no ano de 2015. A Margem Líquida em 2016 alcançou 9,59%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a Margem Líquida da Companhia atingiu 10,95%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2016	2015	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.079.691	1.294.172	-16,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	170.535	64.492	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	909.156	1.229.680	-26,1%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	1,51	1,88	-19,7%
EBITDA(1) / Encargos de Dívida(1)*	5,57	5,46	2,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,32	0,39	-18,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,28	0,38	-25,8%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses;

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2016 em R\$ 1.080 milhões, uma redução de R\$ 214 milhões em relação a 2015. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 145 milhões de financiamento com funding de repasse de recursos do BNDES), em conjunto com a correção monetária de 28 milhões e provisão de encargos de R\$ 126 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 390 milhões e R\$ 125 milhões.

A Coelce encerrou 2016 com o custo médio da dívida de 13,19% a.a., ou CDI - 0,76% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

Classificação de Riscos (Rating)

Em março de 2016, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's reafirmou os ratings na Escala Nacional Brasil de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1', respectivamente, atribuídos à Companhia. A perspectiva do rating de longo prazo é negativa.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2016	2015	Var. %
Novas Conexões	327.439	176.875	85,1%
Rede	89.416	83.963	6,5%
Combate às Perdas	35.419	35.764	-1,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	53.997	48.199	12,0%
Outros	147.863	107.191	37,9%
Variação de Estoque	(28.615)	83.745	<-100,0%
Total Investido	536.103	451.774	18,7%
Aportes / Subsídios	(23.464)	(25.107)	-6,5%
Investimento Líquido	512.639	426.667	20,1%

* A classificação dos investimentos em 2016 foi alterada, e como consequência a reclassificação de 2015.

Os investimentos realizados pela Coelce em 2016 alcançaram R\$ 536 milhões, um incremento de R\$ 84 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2016 foi direcionado a novas conexões, que representaram cerca de 61% de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 513 milhões em 2016.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio Abradee 2016 - Eleita pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) a melhor distribuidora de energia do Brasil pela sexta vez. Na 18ª edição do Prêmio Abradee, a Coelce recebeu também o primeiro lugar na categoria "Responsabilidade Social".

Prêmio CIER 2016 - Premiada com a Categoria Bronze no setor elétrico pelo Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP/ISCAL), através do Prêmio CIER 2016. Além disso, a companhia conquistou também a maior evolução nos atributos de Responsabilidade Social, garantindo seu segundo prêmio na mesma edição.

Prêmio Delmiro Gouveia – Promovido pelo jornal o Povo, a Coelce foi premiada com o 3º lugar nas maiores empresas do Ceará e 4º lugar nas melhores em desempenho social.

Prêmio "Valor Inovação Brasil" - Eleita a melhor empresa de inovação do setor elétrico brasileiro, no ranking "Valor Inovação Brasil", realizado em parceria entre o jornal Valor Econômico e a Consultoria Strategy&.

Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental - Recebeu o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, que tem por objetivo reconhecer as iniciativas e a atuação das empresas em prol da preservação do meio ambiente. O destaque da 12ª edição da premiação foi o projeto Conta Verde, iniciativa que ajuda o cliente a compensar a emissão de CO2 por meio da troca de resíduos sólidos com descontos na conta de luz.

Prêmio Eloy Chaves 2016 – Terceiro lugar no prêmio promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), o qual destaca as práticas de segurança do trabalho.

Prêmio Capacete Dourado - Conquistou o prêmio por investir em práticas de segurança no trabalho. Oferecido pela MSA - The Safety Company, o objetivo da premiação é incentivar profissionais e empresas a adotarem ações para prevenir acidentes, entre elas, o uso correto dos capacetes industriais.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2016 a Coelce reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do estado e reforçou também seu foco na sustentabilidade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Neste ano, o programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, atuou para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades onde está inserido.

A Coelce conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que tem como objetivo ser o interlocutor da empresa com as comunidades atendidas, de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas das comunidades para o desenvolvimento dos projetos.

Além do Programa Enel Compartilha, a Coelce conta com outros programas socioambientais, que em 2016 beneficiaram mais de 1,75 milhão de pessoas em todo estado do Ceará, com um investimento de R\$ 33,8 milhões. Com os recursos aplicados, permitiu-se oferecer



aos cearenses – clientes e colaboradores, projetos de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda, público-alvo dos seus projetos. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Ecoenel Ceará: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa criado a fim de se aprimorar e fortalecer o campo da educação musical nas áreas de atuação da Enel no Brasil com a criação de uma rede entre instituições e projetos de educação musical apoiadas pela companhia no país, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 18 escolas participantes do programa.

Luz Solidária Ceará: É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para mudar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer). Neste programa, o cliente também concorda em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários onde elas se reúnem para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Esse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, conta também com carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Oportunidade: O programa promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua. Desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno onde atua, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região, emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Rede do Bem – Programa de voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2016 com a plataforma já consolidada, teve como destaque o Troca de talentos, módulo destinado ao compartilhamento de conhecimento dos voluntários sejam eles técnicos ou pessoais. Mais de 40 talentos foram publicados na plataforma.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2016, temas como direitos humanos, voto consciente, controle financeiro e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nos quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser, Social, Ser Ambiental e Ser econômico. Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos números apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente
- José Távora Batista - Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
- Carlos Ewandro Naegle Moreira - Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
- José Alves Mello Franco - Diretor de Regulação
- Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras
- Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora Jurídica
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- Mário Fernando de Melo Santos
- Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
- Monica Hodor
- Ramón Francisco Castañeda Ponce
- Gianluca Caccialupi
- Cristine de Magalhães Marcondes
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- Fernando Antonio de Moura Avelino
- Fernando Augusto Macedo de Melo
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

Conselheiros Suplentes:

- Carlos Ewandro Naegle Moreira
- José Nunes de Almeida Neto
- Maria Eduarda Fischer Alcure
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Távora Batista
- Cargo Vago
- Marcia Massotti de Carvalho
- Cesario Macedo de Melo Neto
- Dilma Maria Toledo
- Nelson Ribas Visconti

Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

- Jorge Parente Frota Junior
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Alciney Correa Vieira

Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Thiago Freitas Rodrigues

Contador Responsável

Anderson Francelino Muniz – CRC RJ – 116126/O-8

Relações com Investidores

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara – Responsável por Relações com Investidores

brasil.investorrelations@enel.com

Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2017.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	168.127	57.230
Títulos e valores mobiliários	7	2.408	7.262
Consumidores	8	799.536	766.333
Ativos financeiros setoriais	10	90.352	230.445
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	271.330	259.489
Cauções e depósitos	13	44.562	24.888
Tributos a compensar	11	81.166	74.345
Serviço em curso		66.440	55.982
Instrumentos financeiros derivativos - swap	20	-	3.156
Outros créditos		84.827	87.328
Total do ativo circulante		<u>1.608.748</u>	<u>1.566.458</u>
Não circulante			
Consumidores		5.861	10.845
Ativos financeiros setoriais	10	-	73.226
Depósitos vinculados a litígios	24	37.800	41.844
Cauções e depósitos	13	26.986	25.381
Tributos a compensar	11	32.364	28.841
Tributos diferidos	30	93.085	111.238
Benefício fiscal	12	49.240	56.606
Outros créditos		1.618	1.618
Ativo indenizável (concessão)	14	1.103.190	889.932
Imobilizado	15	55.782	55.487
Intangível	16	1.909.191	1.748.244
Total do ativo não circulante		<u>3.315.117</u>	<u>3.043.262</u>
Total do ativo		<u><u>4.923.865</u></u>	<u><u>4.609.720</u></u>

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	497.299	511.155
Empréstimos e financiamentos	19	240.074	205.505
Debêntures	20	143.957	190.292
Salários, provisões e encargos sociais		47.749	40.621
Obrigações fiscais	18	142.579	113.688
Dividendos a pagar	26	78.016	72.667
Taxas regulamentares	21	304.886	152.267
Benefícios pós-emprego	23	2.974	2.040
Outras obrigações		49.670	69.104
Total do passivo circulante		<u>1.507.204</u>	<u>1.357.339</u>
Não circulante			
Fornecedores	17	8	6.765
Empréstimos e financiamentos	19	555.496	638.933
Debêntures	20	140.164	262.598
Passivos financeiros setoriais	10	47.613	-
Obrigações fiscais	18	12.770	14.135
Taxas regulamentares	21	66.079	49.967
Benefícios pós-emprego	23	93.748	85.396
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	186.782	188.806
Outras obrigações		545	734
Total do passivo não circulante		<u>1.103.205</u>	<u>1.247.334</u>
Patrimônio líquido	25		
Capital social		554.946	442.946
Reserva de capital		358.671	358.671
Reserva de lucros		1.322.289	1.201.730
Outros resultados abrangentes		-	1.700
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		77.550	-
Total do patrimônio líquido		<u>2.313.456</u>	<u>2.005.047</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.923.865</u>	<u>4.609.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(reclassificado)</u>
Receita líquida	27	4.097.446	4.126.540
Custo do serviço	28	(3.337.092)	(3.440.148)
Lucro operacional bruto		<u>760.354</u>	<u>686.392</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	28	(130.420)	(35.002)
Despesas gerais e administrativas	28	(115.578)	(145.185)
Outras despesas operacionais	28	(4.540)	(5.470)
Outras receitas operacionais	28	49.323	43.505
Total de receitas (despesas) operacionais		<u>(201.215)</u>	<u>(142.152)</u>
Resultado do serviço público de energia elétrica		<u>559.139</u>	<u>544.240</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	154.199	153.607
Despesas financeiras	29	(227.200)	(257.496)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>486.138</u>	<u>440.351</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	(154.204)	(146.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	(21.889)	(5.403)
Incentivo fiscal	12	83.012	74.679
Lucro líquido do exercício		<u>393.057</u>	<u>363.070</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		<u>393.057</u>	<u>363.070</u>
Lucro por ação - básico e diluído			
Ação ordinária		5,04858	4,66340
Ação preferencial - Classe A		5,35150	4,94320
Ação preferencial - Classe B		5,55340	5,12970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício		393.057	363.070
Outros resultados abrangentes			
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	23	(8.415)	314
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	30	2.861	(107)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	29	(2.576)	(2.993)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	30	876	1.017
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>385.803</u>	<u>361.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	487.696	374.010	-	-	3.676	1.715.844
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	-	-	-	-	314	-
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	30	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	-
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	-	207	(207)	207
Perda de instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.993)	(2.993)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	30	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017	1.017
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	363.070	-	363.070
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	25	-	-	-	-	74.679	-	-	(74.679)	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	-	-	(72.098)	-	(72.098)
Reserva de reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	216.500	-	(216.500)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	562.375	590.510	-	-	1.700	2.005.047
Aumento de capital	25	112.000	-	-	-	-	(112.000)	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.415)	(8.415)
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	30	-	-	-	-	-	-	-	-	2.861	2.861
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	-	(5.554)	5.554	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.576)	(2.576)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	-	-	-	-	-	-	-	876	876
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	393.057	-	393.057
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	25	-	-	-	-	83.012	-	-	(83.012)	-	-
Dividendos expirados		-	-	-	-	-	-	-	156	-	156
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	-	-	(77.550)	-	(77.550)
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	-	-	-	77.550	(77.550)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	149.547	-	(149.547)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	554.946	221.188	31.160	106.323	48.845	645.387	628.057	77.550	-	-	2.313.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	393.057	363.070
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.331	29.465
Depreciação e amortização	170.287	156.474
Juros e variações monetárias	147.258	157.611
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.547)	(45.047)
Receita de ativo indenizável	(52.850)	(41.381)
Valor residual de intangível e imobilizado	20.702	12.052
Tributos e contribuições social diferidos	21.889	5.403
Perda de recebíveis de clientes	15.719	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	43.451	47.017
Benefício fiscal	7.365	8.049
Obrigações com benefício pós-emprego	13.063	12.760
Programas de P&D e de eficiência energética	39.580	32.159
	924.305	737.632
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Consumidores	(174.059)	(270.630)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(251.792)	(287.159)
Ativos financeiros setoriais	149.720	47.785
Tributos a compensar	(10.344)	7.972
Cauções e depósitos	(21.279)	(7.839)
Depósitos vinculados a litígios	4.044	-
Outros créditos	8.833	(29.716)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	51.533	76.782
Salários, provisões e encargos sociais	7.128	(2.881)
Obrigações fiscais	28.445	43.897
Passivos financeiros setoriais	47.613	-
Taxas regulamentares	363.854	274.442
Obrigações com benefícios pós-emprego	(12.192)	(16.091)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(45.475)	(41.402)
Outras obrigações	(9.121)	(58.498)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	136.908	(263.338)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível e imobilizado	(512.641)	(426.880)
Títulos e valores mobiliários	4.854	4.193
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(507.787)	(422.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	145.147	142.541
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(198.783)	(103.207)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(91.067)	(83.683)
Pagamentos de debêntures	(191.418)	(52.000)
Pagamentos de juros de debêntures	(33.444)	(35.852)
Parcelamento especial	(919)	(825)
Pagamento de dividendos	(72.045)	(41.785)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(442.529)	(174.811)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	110.897	(123.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.230	180.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	168.127	57.230
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	110.897	(123.204)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Geração de riquezas			
Receitas			
Venda de energia e serviços	27	5.874.929	5.901.715
Outras receitas		82.668	19.079
Receitas relativas à construção de ativos próprios	27	506.523	412.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	(113.331)	(29.465)
Total de receitas		<u>6.350.789</u>	<u>6.304.128</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia	28	(2.051.697)	(2.315.396)
Encargos de uso da rede elétrica	28	(174.224)	(198.199)
Custo de construção	28	(506.523)	(412.799)
Material e serviços de terceiros	28	(313.521)	(276.989)
Outras despesas operacionais	28	(104.904)	(60.075)
Total de insumos adquiridos de terceiros		<u>(3.150.869)</u>	<u>(3.263.458)</u>
(=) Valor adicionado bruto		3.199.920	3.040.670
(-) Depreciação e amortização	28	(156.750)	(144.262)
(=) Valor adicionado líquido		<u>3.043.170</u>	<u>2.896.408</u>
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	27	154.199	188.994
(=) Valor adicionado a distribuir		<u>3.197.369</u>	<u>3.085.402</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		107.050	104.988
FGTS		4.851	5.102
Outros encargos sociais		7.597	7.061
Previdência privada		8.596	8.917
Auxílio-alimentação		9.582	9.153
Convênio assistencial e outros benefícios		15.549	16.971
Participação nos resultados		14.201	13.349
		<u>167.426</u>	<u>165.541</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		1.157.749	1.128.942
Estadual		1.320.695	1.231.719
Municipal		1.234	1.043
(-) Incentivos fiscais		(83.012)	(74.679)
		<u>2.396.666</u>	<u>2.287.025</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações monetárias		162.285	167.668
Outras despesas financeiras		64.915	85.501
Aluguéis		13.020	16.597
		<u>240.220</u>	<u>269.766</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendo mínimo obrigatório	25	77.550	72.098
Dividendos propostos	25	77.550	
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	25	83.012	74.679
Reserva de reforço de capital de giro	25	149.391	216.500
Retenção de Lucros	25	5.554	(207)
Ganho (perda) atuarial	25	-	(3.024)
		<u>393.057</u>	<u>363.070</u>
Total do valor adicionado distribuído		<u>3.197.369</u>	<u>3.085.402</u>
Valor adicionado (médio) por empregado		2.805	2.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 06 de fevereiro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros disponíveis para venda; contingências e benefício a empregados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento/(baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a maneira como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de maneira efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como por meio de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de maneira prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.6. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, nos quais a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de maneira a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na maneira de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de maneira sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.12. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia,

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.14. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:</p> <p>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</p> <p>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Períodos anuais
iniciados em 1º de
Janeiro de 2019.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento *Mercantil*

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Reajuste tarifário anual

Na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.065 de 19/04/2016, Homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2016 ocasionando um reajuste médio percebido pelos consumidores de 12,97%, vigente no período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

R\$45/MWh, vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

c) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

d) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

5. Reclassificação de saldos comparativos

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação da receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receitas/Despesas Financeiras” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros) e de receitas de atividades acessórias complementares e outras rendas de “Receita Líquida” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” as quais não são reguladas e tão pouco vinculadas o objeto da concessão. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o lucro do período divulgado em 04 de fevereiro de 2016 pela Companhia.

Os efeitos dessas reclassificações na demonstração dos resultados estão apresentados a seguinte:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Receita líquida	4.130.164	(3.624)	4.126.540
Custo do serviço	(3.440.148)	-	(3.440.148)
Lucro operacional bruto	690.016	(3.624)	686.392
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(35.002)	-	(35.002)
Despesas gerais e administrativas	(145.018)	(167)	(145.185)
Outras despesas operacionais	(5.470)	-	(5.470)
Outras receitas operacionais	-	43.505	43.505
Total de receitas (despesas) operacionais	(185.490)	43.338	(142.152)
Resultado do serviço público de energia elétrica	504.526	39.714	544.240
Resultado financeiro			
Receita financeira	188.994	(39.881)	149.113
Despesa financeira	(253.169)	167	(253.002)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	440.351	-	440.351
Imposto de renda e contribuição social correntes	(63.829)	-	(63.829)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.403)	-	(5.403)
Benefício fiscal	(8.049)	-	(8.049)
Lucro do período	363.070	-	363.070

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e contas correntes bancárias	34.706	29.322
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	108.697	-
Operações compromissadas	22.197	18.137
	130.894	18.137
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	35	1.654
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	2.492	8.117
	2.527	9.771
Aplicações financeiras	133.421	27.908
Total	168.127	57.230

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	1.868	7.094
LF - Letra Financeira	540	168
Total	2.408	7.262

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

8. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Residencial	134.430	133.844	22.914	291.188	263.412
Industrial	28.784	12.160	53.105	94.049	94.774
Comercial	61.101	30.444	7.348	98.893	88.925
Rural	40.974	22.739	4.996	68.709	76.065
Poder público	26.417	21.648	5.015	53.080	42.329
Iluminação pública	11.212	4.079	1.667	16.958	10.560
Serviço público	10.814	4.728	2.496	18.038	16.620
Subtotal	313.732	229.642	97.541	640.915	592.685
Fornecimento não faturado	152.839	-	-	152.839	192.265
Consumidores baixa renda	34.968	-	-	34.968	28.308
Parcelamento de débitos	-	22.588	19.265	41.853	33.131
Outros contas a receber - RDS	2.534	3.331	33.749	39.614	33.531
Subtotal	504.073	255.561	150.555	910.189	879.920
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(80.720)	(80.720)	(113.587)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS	-	-	(29.933)	(29.933)	-
Total circulante	504.073	255.561	39.902	799.536	766.333
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	7.982	7.982	12.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.410)	(17.410)	(17.030)
Total não circulante	-	-	5.861	5.861	10.845

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)
	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.436). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$12.497).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	188.630
Resolução homologatória 2.065/2016	100.679	-
Parcela de ajuste (estimativa)	(917)	(10.361)
Atualização monetária	6.660	6.731
	<u>271.330</u>	<u>259.489</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) **Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE**

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.711, 1882 e 2.065), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 277.699 (R\$ 137.703 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compra de energia	121.839	(32.188)	142.311	31.481
Encargo de serviço do sistema - ESS	(92.883)	33.020	(72.704)	(18.828)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	12.754	(520)	42.003	18.474
Uso da rede básica	3.172	(995)	8.285	1.104
Outros	1.906	97	7.515	3.731
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	46.788	(586)	127.410	35.962
Repasse de sobrecontratação de energia	(63.528)	20.618	7.580	11.985
Recomposição de ICMS	61.956	(3.839)	80.771	28.016
Bandeira não faturada	-	-	(19.590)	-
Postergação de revisão tarifária	(13.571)	-	-	-
Neutralidade	(7.892)	3.084	(2.051)	(93)
Outros	66.599	28.336	36.325	(2.644)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	43.564	48.199	103.035	37.264
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	90.352	47.613	230.445	73.226

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registrado no circulante, substancialmente, o saldo remanescente oriundo da CVA homologada pela ANEEL em 19 de abril de 2016 - Resolução Homologatória nº 2065, no valor de R\$ 204.709. A CVA correspondente ao ciclo atual, que compreende o período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017, está sendo registrado no passivo não circulante.

Baixa da Provisão Passiva com Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau) - CVA de Compra de Energia

Em março de 2016, a Companhia foi comunicada pela CCEE que uma nova decisão judicial alterou o entendimento da aplicação da postergação dos 535 dias no cronograma de entrada de Jirau, agora de acordo com a interpretação inicial da ANEEL. Esta decisão judicial, adicionada a decisão administrativa da CCEE e ANEEL confortou a Companhia a baixar a provisão em fornecedor de R\$ 72.146 e, conseqüentemente, baixar o ativo regulatório (CVA energia) constituído no mesmo valor.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

11. Tributos a compensar

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	22.549	-	16.611	-
ICMS (a)	41.257	32.364	38.914	28.841
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	677	-	7.049	-
INSS Patronal	5.577	-	705	-
Outros tributos	50	-	10	-
Total	81.166	32.364	74.345	28.841

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 48.069 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.594 (R\$ 19.686 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

12. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(630.400)	(608.736)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	333.045	318.747
Saldo	49.240	56.606
Reserva de capital	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31/12/2016	Percentual
Em 2017	6.741	14%
Em 2018	6.168	13%
Em 2019	5.646	11%
2020 em diante	30.685	62%
	49.240	100%

Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/12/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	44.242	-	24.569	-
Bradesco	CDB	-	6	-	6
Itaú	CDB	-	792	-	717
BNB	CDB	-	18.161	-	17.751
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	8.027	-	6.907
Caixa	Caução	320	-	319	-
Total		44.562	26.986	24.888	25.381

13. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	889.932	783.713
Transferências do ativo intangível	160.408	109.108
Marcação a mercado - ativo indenizável	52.850	(2.889)
Saldo Final	1.103.190	889.932

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

14. Imobilizado

	Saldo em					Saldo em	
	31/12/2015	Depreciação	Adição	Baixa	Transferencia	Reclassificação	31/12/2016
Imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	47.440	-	-	-	2.578	-	50.018
Móveis e utensílios	41.155	-	-	-	2.149	-	43.304
Subtotal	88.595	-	-	-	4.727	-	93.322
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(32.355)	(3.815)	-	-	-	-	(36.170)
Móveis e utensílios	(22.908)	(1.928)	-	-	-	-	(24.836)
Subtotal	(55.263)	(5.743)	-	-	-	-	(61.006)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	10.619	-	2.889	-	(2.578)	1.324	12.254
Móveis e utensílios	5.697	-	3.228	-	(2.149)	(1.315)	5.461
Subtotal	16.316	-	6.117	-	(4.727)	9	17.715
Total do imobilizado	49.648	(5.743)	6.117	-	-	9	50.031
Investimentos							
Terrenos	5.602	-	-	-	-	-	5.602
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	214	(11)	-	(71)	-	-	132
Máquinas e equipamentos	23	(6)	-	-	-	-	17
Total dos Investimentos	5.839	(17)	-	(71)	-	-	5.751
Total	55.487	(5.760)	6.117	(71)	-	9	55.782

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

15. Intangível

	31/12/2016				31/12/2015
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	4.032.405	(2.109.214)	(379.005)	1.544.186	1.526.451
Software	167.110	(104.610)	-	62.500	54.641
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	(5.308)	-	-	(5.308)	(5.308)
(-) Provisão para desativação de bens	(81.633)	48.180	-	(33.453)	(12.857)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	488.122	-	(193.999)	294.123	157.361
Software	47.143	-	-	47.143	27.956
Total	4.647.839	(2.165.644)	(573.004)	1.909.191	1.748.244

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.837.197	(1.860.532)	(486.474)	1.490.191	222.400	(161.186)	61.214	1.551.405
Adições	-	-	-	-	437.907	(25.108)	412.799	412.799
Baixas	(68.525)	58.371	54.296	44.142	-	-	-	44.142
Amortização	-	(182.612)	32.806	(149.806)	-	-	-	(149.806)
Transferências	294.523	-	(7.015)	287.508	(294.523)	7.015	(287.508)	-
Transferências para o ativo indenizável	(112.408)	-	3.300	(109.108)	-	-	-	(109.108)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)	(1.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	529.986	(23.463)	506.523	506.523
Baixas	(37.113)	16.481	-	(20.632)	-	-	-	(20.632)
Amortização	-	(197.352)	32.825	(164.527)	-	-	-	(164.527)
Transferências	359.308	-	(8.743)	350.565	(359.308)	8.743	(350.565)	-
Transferências para ativo indenizável	(160.408)	-	-	(160.408)	-	-	-	(160.408)
Reclassificação para o imobilizado	-	-	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.112.574	(2.165.644)	(379.005)	1.567.925	535.265	(193.999)	341.266	1.909.191

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de maneira linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

16. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Compra de Energia	230.595	306.840
Encargo de Uso da Rede	9.926	9.339
Diferencial Eletronuclear	-	661
Partes relacionadas (vide nota 22)	122.079	126.360
Materiais e serviços	134.707	74.720
Total	497.307	517.920
Circulante	497.299	511.155
Não circulante	8	6.765

17. Obrigações fiscais

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	7.397	-	7.397	1.570	-	1.570
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	97.669	-	97.669	83.227	-	83.227
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.869	12.770	14.639	1.804	14.135	15.939
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.575	-	21.575	18.564	-	18.564
Programa de integração social - PIS	4.666	-	4.666	4.005	-	4.005
Imposto sobre serviços - ISS	2.790	-	2.790	1.100	-	1.100
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	4.420	-	4.420	3.037	-	3.037
Outros tributos e contribuições	2.193	-	2.193	381	-	381
Total	142.579	12.770	155.349	113.688	14.135	127.823

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

18. Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira:	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
União Federal – Bônus de Desconto	3.737	4.471	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.399	6.469	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	9.136	10.940					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	37.430	47.612	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	47.945	69.254	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	26.823	30.950	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	46.357	58.750	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	46.371	58.772	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	980	-	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	84.898	27.529	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	90.109	27.560	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	19.608	-	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Recebíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	156.190	156.299	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	229.723	306.298	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	-	50.474	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	786.434	833.498					
Total de empréstimos e financiamentos	795.570	844.438					
Circulante	240.074	205.505					
Não circulante	555.496	638.933					
	795.570	844.438					

Segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	43%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	-	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobras e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobras	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte maneira:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

31/12/2016				
2018	2019	2020	Após 2020	Total não Circulante
221.342	204.781	60.357	69.016	555.496

19. Debêntures

	31/12/2016	31/12/2015	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª Série 3ª emissão	-	53.576	17/10/2011	15/10/2015	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a.	Anual	10.400
2ª Série 3ª emissão	284.585	400.133	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
(-) Custo de transação	(464)	(819)						
Total sem efeito de <i>swap</i>	284.121	452.890						
Resultado das operações de <i>swap</i>	-	(3.156)						
Total de debêntures	284.121	449.734						
Circulante	143.957	187.136						
Não circulante	140.164	262.598						
	284.121	449.734						

Em 31 de dezembro de 2016 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734
Atualização monetária	-	25.540	25.540
Amortizações	(191.418)	-	(191.418)
Transferências	147.364	(147.364)	-
Encargos provisionados	30.776	-	30.776
Encargos pagos	(33.444)	-	(33.444)
Transferência custo de transação	610	(610)	-
Apropriação custo de transação	357	-	357
Resultado das operações de <i>swap</i>	2.576	-	2.576
Em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

20. Taxas Regulamentares

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	277.699	137.703
Encargos emergenciais	2.467	2.440
P&D e Eficiência Energética	78.075	59.881
Repasse - CCRBT	12.233	1.731
Outros	491	479
Total	<u>370.965</u>	<u>202.234</u>
Circulante	304.886	152.267
Não Circulante	66.079	49.967

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

21. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2016				31/12/2015			31/12/2015		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de energia	-	115.120	-	(1.001.871)	-	-	125.096	-	(910.770)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A	(b)	Compra de energia	-	115	-	(1.322)	-	-	873	-	(6.290)	-
Enel Cien S/A	(c)	Encargo de Uso	-	192	-	(1.877)	-	-	193	-	(2.213)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.974	93.748	(8.567)	513	-	2.040	85.396	(8.882)	431
Enel Soluções S/A	(e)	Arrecadação	102	1.698	-	(739)	-	78	198	-	950	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	-	-	(3.318)	-	-	-	-	-	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	732	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel distribuiçõe SPA	(g)	Serviços	-	3.535	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	687	-	-	-	-	-	-	-	-
			102	125.053	93.748	(1.017.694)	513	78	128.400	85.396	(927.205)	431
(-) Plano de pensão			-	2.974	93.748	(8.567)	-	-	2.040	85.396	(8.882)	-
Parte relacionadas			102	122.079	-	(1.009.127)	513	78	126.360	-	(918.323)	431

(*)Esses valores são classificados como fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 17 e 23).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

- b) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015.
- c) Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- d) FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.
- e) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó e Enel Green Power Paranapanema.
- g) Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o exercício de 2016 com um passivo em aberto de R\$ 4.954.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.633 (R\$ 12.895 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

22. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656;
- Aposentados Lei nº 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada por meio de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 108.875 em 31 de dezembro de 2016.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2016 apresentaram um passivo total de R\$ 96.722 (R\$ 87.436 em 31 de dezembro de 2015).

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	893.700	904.974
Custo dos serviços correntes	2.229	3.038
Contribuição dos participantes	2.069	2.287
Custos dos juros	120.573	108.390
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	145.465	(54.902)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.088.550</u>	<u>893.700</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do período	929.341	961.150
Retorno esperado dos ativos do plano	127.648	117.105
Contribuições recebidas de participantes do plano	2.069	2.287
Contribuições recebidas do empregador	12.193	16.091
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>1.100.703</u>	<u>929.341</u>

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do período	123.077	147.257
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.436
Variação no teto de ativo não reconhecido no período corrente	(32.111)	(42.616)
	<u>108.875</u>	<u>123.077</u>

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.088.550	893.700
Valor justo dos ativos	(1.100.703)	(929.341)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(12.153)	(35.641)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	108.875	123.077
(Ativo) passivo atuarial líquido	96.722	87.436
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>96.722</u>	<u>87.436</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente bruto	4.298	5.325
Contribuições de participante	(2.069)	(2.287)
Custo do serviço líquido	<u>2.229</u>	<u>3.038</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	120.573	108.390
Rendimento esperado dos ativos no ano	(127.648)	(117.105)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.437
Juros líquidos sobre o passivo	<u>10.834</u>	<u>9.722</u>
Total reconhecido na DRE	<u>13.063</u>	<u>12.760</u>

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Renda fixa	913.836	757.386
Renda variável	68.566	64.446
Investimentos imobiliários	100.920	91.333
Outros	17.381	16.176
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.100.703</u>	<u>929.341</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(145.465)	54.902
(Ganho)/Perda sobre os ativos	104.938	(97.205)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	<u>32.112</u>	<u>42.617</u>
Montante reconhecido no período em ORA	<u>(8.415)</u>	<u>314</u>

Em 31 de maio de 2016 a Companhia procedeu a revisão do cálculo atuarial do plano de benefícios pós-emprego, em caráter extraordinário a fim de atender o processo de reestruturação societária efetuada pela *holding*, razão pela qual, apenas em 2016 está sendo apresentada a movimentação de perdas atuariais.

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	127.648	117.105
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>232.586</u>	<u>19.900</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,31%	12,15%	12,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,31%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	31/12/2015	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2016
Trabalhistas	39.275	16.274	(11.340)	7.620	(8.976)	42.853
Cíveis	78.580	28.218	(22.982)	17.844	(12.098)	89.562
Fiscais	1.971	70	(151)	411	(392)	1.909
Regulatório	68.980	12.565	(9.506)	4.428	(24.009)	52.458
Total	188.806	57.127	(43.979)	30.303	(45.475)	186.782

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	68.695	51.185
Cíveis	1.314.279	820.779
Fiscais	447.467	408.148
Juizados especiais	5.565	7.944
	<u>1.836.006</u>	<u>1.288.056</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito - consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 333.750 em 31 de dezembro de 2015).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 27.896 em 31 de dezembro de 2015).
- d) No âmbito cível, refere-se a responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	14.725	16.670
Cíveis	19.363	21.763
Fiscais	3.712	3.411
Total	<u>37.800</u>	<u>41.844</u>

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Enel Américas S.A	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.049.996	22,10%	-	0,00%	6.049.996	20,96%	6.053.706	8,03%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.346.448	11,82%	-	0,00%	3.346.448	11,21%	4.265.851	5,47%
Outros	80.579	0,17%	4.300.494	14,57%	3.097	0,20%	4.303.591	13,83%	4.384.170	5,39%
Total de Ações	<u>48.067.937</u>	<u>100,00%</u>	<u>28.252.700</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.534.662</u>	<u>100,00%</u>	<u>29.787.362</u>	<u>100,00%</u>	<u>77.855.299</u>	<u>100,00%</u>

Em 27 de abril de 2016 foi deliberada, em Assembleia Geral de Acionistas, a capitalização parcial do saldo da reserva de Reforço de Capital de Giro no valor de R\$ 112.000. Em decorrência desta capitalização, o capital social totalmente subscrito passou a ser de R\$ 554.946, constituído por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 ações preferenciais “Classe B”.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas teve efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas foi incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A companhia deixou de constituir saldo da reserva legal em virtude do saldo das reservas acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social.

c) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 83.012) e (Em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 74.679), sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 12.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício	393.057	363.070
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(83.012)	(74.679)
(+) Reversão de dividendos prescritos	156	-
Lucro ajustado	310.201	288.391
Dividendo mínimo obrigatório	77.550	72.098
Dividendo adicional proposto	77.550	-
	155.101	216.293
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(5.554)	207
Reserva reforço de capital de giro	149.547	216.500

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Tipo de Aplicação	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ações Ordinárias	47.880	44.513	-	-	47.880	44.513
Ações Preferenciais A	28.142	26.163	12.083	9.644	28.142	26.163
Ações Preferenciais B	1.528	1.422	1.094	873	1.528	1.422
Total	77.550	72.098	13.177	10.517	77.550	72.098

Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

25. Lucro por ação

	<u>31/12/2016</u>
Numerador	
Lucro líquido de exercício atribuído aos acionistas da Companhia	
Lucro disponível aos acionistas ordinários	242.675
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	142.637
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	7.745
	<u>393.057</u>
Denominador (em milhares de ações)	
Número de ações ordinárias	48.068
Número de ações preferenciais - Classe A	28.253
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534
	<u>77.855</u>
Percentual por ação	
ações ordinárias	61,74%
ações preferenciais - classe A	36,29%
ações preferenciais - classe B	1,97%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	5,0486
Ação preferencial - Classe A	5,3515
Ação preferencial - Classe B	5,5534

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

26. Receita líquida

	<u>31/12/2016</u>	31/12/2015 (reclassificado)
Fornecimento faturado	5.246.638	4.586.067
Fornecimento não faturado	152.839	192.265
Consumidores	5.399.477	4.778.332
Ativos e passivos financeiros setoriais	(182.710)	538.320
Subvenção baixa renda	191.538	185.946
Subvenção CDE - desconto tarifário	262.091	222.857
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	132.426	100.909
Receita de construção	506.523	412.799
Outras receitas	72.107	71.727
Receita operacional bruta	6.381.452	6.310.890
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.320.675)	(1.231.703)
COFINS	(447.311)	(472.537)
PIS	(97.114)	(102.600)
P&D	(39.580)	(32.159)
Encargo setorial CDE	(373.482)	(340.375)
Taxa de fiscalização	(5.516)	(4.772)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(328)	(204)
Total de deduções de receita	(2.284.006)	(2.184.350)
Total	4.097.446	4.126.540

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

27. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31/12/2016					31/12/2015 (reclassificado)				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(113.108)	-	(39.626)	-	(152.734)	(117.778)	-	(53.223)	-	(171.001)
Material	(18.310)	-	(681)	-	(18.991)	(45.135)	-	(584)	-	(45.719)
Serviços de terceiros	(254.410)	(1.370)	(38.750)	-	(294.530)	(174.732)	(5.534)	(51.004)	-	(231.270)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.051.697)	-	-	-	(2.051.697)	(2.315.396)	-	-	-	(2.315.396)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(174.224)	-	-	-	(174.224)	(198.199)	-	-	-	(198.199)
Depreciação e amortização	(144.987)	-	(11.763)	-	(156.750)	(134.288)	-	(9.974)	-	(144.262)
Custo na desativação de bens	(48.702)	-	-	-	(48.702)	(16.544)	-	-	-	(16.544)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(113.331)	-	-	(113.331)	-	(29.465)	-	-	(29.465)
Custo de construção	(506.523)	-	-	-	(506.523)	(412.799)	-	-	-	(412.799)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(13.148)	-	(13.148)	-	-	(18.521)	-	(18.521)
Indenizações DIC / FIC	(8.683)	-	-	-	(8.683)	(7.466)	-	-	-	(7.466)
Perda de recebíveis de clientes	-	(15.719)	-	-	(15.719)	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(16.448)	-	(11.610)	(4.540)	(32.598)	(17.810)	(3)	(11.879)	(5.470)	(35.162)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	46.617	46.617	-	-	-	39.881	39.881
Outras receitas operacionais	-	-	-	2.706	2.706	-	-	-	3.624	3.624
Total	(3.337.092)	(130.420)	(115.578)	44.783	(3.538.307)	(3.440.148)	(35.002)	(145.185)	38.035	(3.582.300)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pela redução de 12,81% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

28. Resultado financeiro

Conforme comentado na Nota 5, a Companhia procedeu a partir de 1ª de janeiro de 2016 a classificação das multas por impontualidade ativas e passivas do resultado financeiro para a receita operacional.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (reclassificado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	34.164	14.379
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	30.137	22.491
Receita de ativo indenizável	52.850	41.381
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	8.547	45.047
Variações monetárias	7.927	3.806
Juros fundo de pensão	572	688
Outras receitas financeiras	20.002	25.815
Total das receitas financeiras	154.199	153.607
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(33.747)	(45.393)
Encargos de dívidas	(128.538)	(126.081)
Encargos fundo de pensão	(11.406)	(10.410)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(30.303)	(28.496)
Atualizações de impostos	(5.538)	(5.957)
Atualização P&D/PEE	(1.406)	(1.022)
IOF/IOC	(3.428)	(3.413)
Outras multas	(3.194)	(15.327)
Outras despesas financeiras	(9.640)	(21.397)
Total das despesas financeiras	(227.200)	(257.496)
Resultado financeiro	(73.001)	(103.889)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	486.138	486.138	440.351	440.351
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(121.511)	(43.752)	(110.064)	(39.632)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	83.710	-	74.679	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(6.751)	(2.870)	(2.475)	(1.324)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	(1.401)	(506)	1.130	405
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(45.953)	(47.128)	(36.730)	(40.551)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.815)	(41.377)	(32.700)	(39.178)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.138)	(5.751)	(4.030)	(1.373)
Total	(45.953)	(47.128)	(36.730)	(40.551)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	112.049	114.102	(2.052)	7.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.477	44.410	1.067	5.732
Provisão para ações judiciais e regulatórias	63.025	66.478	(3.453)	(760)
Provisão para obsolescência de estoque	1.015	1.120	(105)	81
Outras	2.532	2.094	439	2.039
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(70.846)	(51.009)	(19.837)	(12.495)
Ativo indenizável (concessão)	(70.937)	(52.967)	(17.970)	(9.625)
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	-	(2.948)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.714)	(1.754)	40	78
Diferido perdas de bens	1.805	3.712	(1.907)	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	41.203	63.093	(21.889)	(5.403)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	51.882	48.145	3.737	910
Plano de pensão	51.882	49.021	2.861	(107)
Swap passivo	-	(876)	876	1.017
Total	93.085	111.238	(18.152)	(4.493)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	168.127	57.230
Títulos e valores mobiliários	2.408	7.262
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	3.156
Consumidores	805.397	777.178
Ativos financeiros setoriais	90.352	303.671
Ativo indenizável (concessão)	1.103.190	889.932
	<u>2.169.474</u>	<u>2.038.429</u>

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Agência Standard & Poor's

<u>Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AA-	154.783	-
AAA	-	12.143
AA+	-	39.772
A+	31	-
Banco Central do Brasil	1.868	12.577
Não avaliado	13.853	-
Total geral	170.535	64.492

<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BB	-	3.156
Total geral	-	3.156

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7, e pelo patrimônio líquido da

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 é de 28% (37% em 2015), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

d) Risco de mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente de contrato de compra de energia é repassado na próxima revisão tarifária da Companhia

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 87% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	1.867	3%	7.094	20%
CDI	131.470	93%	19.959	57%
Pré-Fixado	2.491	4%	8.117	23%
Total	135.829	100%	35.170	100%

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2016	%	31/12/2015	%
IPCA	1.103.190	100%	889.932	100%
Total	1.103.190	100%	889.932	100%

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa fixa	136.741	13%	203.271	16%
TJLP	178.606	17%	145.051	11%
Selic	90.109	8%	27.560	2%
CDI	385.913	36%	513.684	40%
IPCA	284.585	26%	400.131	31%
Libor	3.737	0%	4.475	0%
Total	1.079.691	100%	1.294.172	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	17.078	83.311	370.587	772.343	27.059	1.270.378
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	58.869	24.850	418.945	1.063.052	55.284	1.621.000

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016			
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	-
	-	-	-
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	3.167	-	3.167

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	168.127	168.127	57.230	57.230
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	2.408	2.408	7.262	7.262
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	71.548	71.548	50.463	50.463
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	805.397	805.397	777.178	777.178
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	90.352	90.352	303.671	303.671
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	3.156	3.156
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.103.190	1.103.190	889.932	889.932
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	786.434	782.037	833.498	829.905
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	284.121	283.931	452.890	452.954
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	9.136	6.768	10.940	9.406
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	47.613	47.613	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	497.307	497.307	517.920	517.920

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possuía instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 1 (um) contrato de *swap* de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contrato de <i>swap</i>					
HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	BRL 0	-BRL 3.156

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos “Investment Grade” com “expertise” necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida por meio da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela BM&F.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2017		
		31/12/2016	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	1.867	34	26	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	131.470	4.170	3.172	2.146
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	2.491	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	1.103.190	55.529	54.190	53.520
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(136.741)	(10.020)	(10.020)	(10.020)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(178.606)	(16.368)	(18.966)	(20.987)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(90.109)	(8.253)	(9.564)	(10.858)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(385.913)	(80.672)	(91.722)	(102.493)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(284.585)	(33.988)	(38.456)	(42.223)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.737)	23	(951)	(1.695)
			(89.545)	(112.291)	(132.593)

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.705.219 em 2017, R\$ 2.939.024 em 2018, R\$ 3.273.337 em 2019, R\$ 3.222.897 em 2020 e R\$ 72.529.529 após 2020.

32. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 14.201 (R\$ 13.349 em 31 de dezembro de 2015).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 895.787	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - Coelce
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.12 e 27)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.4 e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.12 e 27)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.4 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nºs 2.5 e 10)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 15 e 16)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 1.964.973 mil, em 31 de dezembro de 2016 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nºs 2.5 e 10)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 15 e 16)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Reconhecimento de benefícios pós emprego
(Notas Explicativas nºs 2.9 e 23)**

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto à adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

**Resposta da auditoria ao assunto de
Reconhecimento de benefícios pós emprego
(Notas Explicativas nºs 2.9 e 23)**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis auditadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 05, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 1º de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 05 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, os referidos ajustes estão adequadamente registrados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 06 de fevereiro de 2017.



Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2016 e pagamento de dividendos, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Fortaleza, 06 de fevereiro de 2017.

Abel Alves Rochinha
Diretor Presidente e Presidente da Reunião



Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2017

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2016.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta a informação, pelo representante da auditoria, sobre o relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores externos, BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2017.

Antônio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Fiscal

Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Fiscal

Alciney Correa Vieira
Conselheiro Fiscal